



ARTIGO

# REDES DE DOMINAÇÃO E CONFLITOS NO CAMPO: *UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA ANÁLISE SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST)*

Wagner Venceslau Dias \*

*Eu queria agüentar minha desgraça em silêncio –  
disse o Marquês.*

Gabriel García Márquez  
(*Do amor e outros demônios*)

*Los individuos no pueden dominar sus proprias  
relaciones sociales antes de haberlas creado.*

Karl Marx

**Resumo:** O objetivo deste texto é adequar a noção de redes de dominação às formas de sujeição dos camponeses ao modo de organização política e social da estrutura fundiária no Brasil. Para isso, serão repassados aspectos de trabalhos de alguns pensadores destas realidades históricas, em suas mais diferentes formas, seguindo um percurso dentro da história brasileira, chegando à atual posição de luta pela terra e da chamada Reforma Agrária, proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Portanto, pretende-se entender a rede que amarra ou disciplina as lutas sociais no campo, mesmo quando ela aparece de maneira mais moderna e eficaz; procurar-se-á evidenciar questões políticas postas em jogo, como as da mediação, partidarização e sindicalização no campo.

**Palavras-chave:** redes de dominação - paternalismo - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - conflitos rurais - movimentos camponeses - mediadores.

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP.



As inovações histórico-sociais trazidas pela emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) com força na realidade brasileira nos anos 80 têm sido consideravelmente lembradas e discutidas, ainda que insuficientemente, no meio acadêmico. Diante disso, tomou-se acertadamente como relevante o papel gerador de uma sociabilidade diferente entre seus membros e de ter aberto um foco novo de luta política, com objetivos claros. Seu nascimento ocorreu diante de uma forte estrutura arcaica da posse da terra que “sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, e define limites para a participação democrática das diferentes classes sociais, particularmente as classes trabalhadoras” (MARTINS, 1988: 67). Ampliam-se dessa forma o caráter das atividades desse movimento, pois as questões da posse, ocupação e função da terra passam a ser colocadas dentro da luta política. Entrando em cena, os Trabalhadores Rurais Sem-Terra organizados estão “disseminados por várias regiões brasileiras, recolocando a questão da função social da propriedade fundiária e da necessidade efetiva de uma reforma agrária” (TAVARES DOS SANTOS, 1994: 151).

Este é o quadro geral em que se situa a prática político-social do MST e que o faz ocupar um espaço explosivo, num campo de conflitos, cujos meios são conhecidos: violência (confira em AMÉRICAS WATCH, 1991), expulsão, fraudes, ameaças, entre muitos outros. Porém, vários outros movimentos que tiveram seu espaço no campo brasileiro foram alvo do poder ordenador de uma realidade organizada segundo as necessidades da concentração da propriedade fundiária, de modo que não seria nenhuma novidade a indivíduos que se colocam estes objetivos. Os movimentos, assim como a condição de determinadas populações rurais, foram tratados pelo conhecimento sociológico com diferentes referenciais e as análises procuraram reconstruir os meios de submissão dentro de uma interpretação que considerasse a peculiaridade singular, ou então, procurando dar um tratamento geral que a época permitia, mostrando formas apuradas de controle e dominação social. Têm sido demonstradas neste sentido tanto as inovações que impulsionam o

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**  
Wagner Venceslau Dias

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias

controle dos trabalhadores da terra em seus processos de mudança, como também as formas da *permanência* de estruturas de dominação que não se dissolvem tão rapidamente. É com esta preocupação em especial que se procurará demonstrar aqui, através 1) do recurso de uma conceituação mais rigorosa e 2) dos casos levantados por importantes trabalhos sociológicos sobre o assunto, ou próximos a ele, as dificuldades de se navegar na adversidade, numa realidade que cria com a fertilidade que lhe é própria um conjunto de modos de administrar o que vem de novo – o que traz mudanças – *tentando discipliná-lo*. Para tanto, diante da dimensão do problema que este tema remete, procurar-se-á delimitar um certo número de autores e de obras – em geral as mais conhecidas.

## PATRIARCALISMO, PATERNALISMO E POPULISMO

Diversos autores debruçaram-se sobre a ordem social que mantinha massas de homens e movimentos sociais em situação de submissão ou “domesticação” política. Usaram cada qual seu conteúdo teórico e orientações próprias, mostrando singularidades a cada interpretação. Voltando a esses trabalhos – que são uma pequena amostra da produção intelectual sobre o assunto – procurou-se extrair deles, diante do objeto investigado, a noção de *redes de dominação*, dado: a) o tratamento da condição de dominação a que está submetido o homem do campo, e b) a individualização do tratamento para realidades distintas, de modo a congregá-las num conceito amplo, típico-ideal. Esta noção de redes de dominação inclina-se sobre uma realidade da dominação onde elas não têm a evidência de uma direção única e determinada; pressupõem um conjunto de forças cortando uma relação social e criando maneiras de submissão.

Passando pela história brasileira, já na formação da colônia portuguesa, identificamos uma sociedade que se prendia por laços de uma *organização familiar*, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (PEREIRA DE QUEIROZ, 1969), onde a figura clássica é a do grande patriarca senhor de engenho, dono de escravos, que coman-



da os negócios públicos exatamente como trata suas coisas privadas, de forma familiar, na qual não se distingue o interesse geral e o particular. À sua volta giravam agregados, que só tinham algum ponto a ocupar nesta ordem aderindo à tutela do senhor. Pouco foi modificada pela Independência e pela centralização administrativa do período Imperial. A organização de tipo familiar foi reforçada com a criação de instrumentos paramilitares, como a Guarda Nacional. A passagem para outra etapa, em que haveria uma alteração na condição de submissão, deu-se através da formação de uma nova rede de dominação, apoiada na intensa dependência entre “coronéis”, o Estado e os camponeses, como meio de adaptação a uma situação política nova: o crescente fortalecimento do poder central, após a “política de valorização do café” como papel do Estado, no primeiro período republicano. Ou seja, “a passagem da solidariedade familiar para a solidariedade da dependência, de elaboração mútua, não foi brusca e não acabou com o coronel, mas se processou graças à gradual adaptação deste a novas condições de vida”(PEREIRA DE QUEIROZ, 1969: 127). Substituía-se o *patriarcalismo* colonial pelo *paternalismo*, como uma nova rede de dominação, sem que aspectos da antecedente fossem deixados de lado, e sem eliminar a virtualidade do conflito<sup>1</sup>.

Para Maria Isaura de Queiroz, assim como para Vitor Nunes Leal (1975), não há nada mais incômodo para a organização social e política brasileira do que a existência de uma rede de dominação imobilizando camponeses num nível localista, focalizado. A permanência histórica de uma “família grande” instituía um forte símbolo de pai ao grande proprietário ou chefe político local, complementando a dominação política em ajuda, segurança, auxílio, punição, etc. Leal, entretanto, sugere que a gravidade deste tipo de dominação está na decadência do privatismo local, do próprio “coronelismo”, ajustada a uma moderna forma de representação política, inaugurada com a República Velha, a partir da constituição de 1891; torna-se exequível através da *troca de compromissos* que amarra trabalhadores, “coronéis” e o poder público mais elevado. Novamente, de acordo com Queiroz, esta adaptação preserva fortes

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**  
Wagner Venceslau Dias

<sup>1</sup> A situação de *adaptação* das formas sociais permitiu analiticamente à autora preocupar-se com os transtornos gerados com sua implementação e continuidade, especialmente no que tange às relações entre camponeses e à ordem oligárquica no caso dos movimentos messiânicos do período (ver PEREIRA DE QUEIROZ, 1968).

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias

redes de dominação – é uma *relação residual* do antigo patriarcalismo colonial. Mas que também cria outras.

Segundo Anita Brumer, “a consciência da permanência desse tipo de padrões de relacionamento deu origem a tentativas de explicar sua presença entre algumas instituições consideradas como modernas” (BRUMER, 1976: 57). Ela está tratando do paternalismo, uma relação a que Queiroz já havia se referido quando a encaixava numa forma de *solidariedade da dependência*, criada a partir do início de um crescente fortalecimento do poder central. Como dominação, o paternalismo tem se mesclado a novas realidades, inclusive ocupando espaço em situações e instituições modernas. Ainda assim, é possível fazer algumas caracterizações quase invariáveis dessa relação e que constituem um substrato para sua cultura. Conceitualmente, “ele envolve (...) um relacionamento entre pelo menos duas pessoas de *status*, riqueza e influência desiguais” (BRUMER, 1976: 58), tendo os seguintes aspectos: informalidade, reciprocidade na troca de bens e serviços, amplitude, duração alongada. Estes elementos constituem, no cotidiano da vida de trabalhadores e chefes, maneiras de submissão amplamente encontrados na realidade empírica. O paternalismo apresentado desta maneira poderia nos levar a isolá-lo histórica e sociologicamente em seu tempo. Essa realidade, porém, dos anos 30 e 40, o recolocaria em cena. Convém lembrar, antes que se avance, o papel dos movimentos messiânicos-milenaristas encaixados aproximadamente no primeiro quartel do século em relação ao tema. Possivelmente, a liberação de homens das redes de dominação tradicionais através da exclusão total, somando-se o fator agregador do elemento religioso rústico, inaugurou singulares surtos milenaristas e de banditismo social importantes no período, os quais romperam a formalização simbólica dos *compromissos* da dominação (ver, por exemplo, MONTEIRO, 1985: 40-92). Vê-se que a exclusão social é uma prática medida e atende a certos limites em uma sociedade desigual; os laços de uma rede de dominação devem antes incorporar formas diferentes do que despojá-las totalmente, como poderia parecer melhor à ordem conservadora.



Após a prova de fogo da rede de dominação paternalista – predominante nos interiores do país –, com a Revolução de 30, o papel de “patrão” foi assumido pelo Estado e pela figura criteriosa que a personalização exigia: Getúlio Vargas (BRUMER, 1976: 66). A mediação entre os grupos subalternos e o Estado tornou-se uma sutil maneira de aplacar antigos conflitos; no campo ainda havia o latifundiário e a sua ordem social, mas no meio urbano surgia a figura do sindicato atrelado às vontades do Estado. Somente na década de 50 haverá uma entrada atrasada do sindicalismo oficial no campo, em parte devido à extensão social do proletariado rural (IANNI, 1975: 113-128).

Apesar disso, já podemos vislumbrar uma passagem marcante da forma paternalista, cuja rede de dominação está agora a serviço das práticas estatais e *não somente* dos “coronéis”. José Vicente Tavares dos Santos levanta dados que demonstram que as classes dominantes no meio rural entre 1930 e 1950 não promoveram grandes associações corporativas, graças à ação favorável do Estado aos seus interesses, mesmo considerando as mudanças que aconteciam (TAVARES DOS SANTOS, 1992: 133).

Somente com o advento do associativismo entre os camponezes é que estes grupos procurarão se reequipar e acordar do torpor que o benéfico intervencionismo causava. Octavio Ianni nos diz sobre o momento histórico sensível para o trabalhador rural agregar à sua luta conteúdo político: “É a mudança da situação que favorece o aparecimento de fatores e condições jurídicos e políticos nas tensões surgidas com os proprietários de terras. Em certo sentido, está em curso a proletarização do trabalhador agrícola. Ou melhor, encontra-se em andamento uma nova etapa no processo de transformação do agricultor em assalariado” (IANNI, 1968: 84). Possivelmente estaríamos diante de uma oportunidade de romper redes de dominação antigas, pois “o desenvolvimento da organização camponesa pode ser considerado como uma tentativa de eliminar o já institucionalizado sistema paternalista” (BRUMER, 1976: 69). A singularidade dessa situação, observada em vários pontos do país, como em Porecatu no Paraná ou na Zona da Mata em Pernambuco,

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**  
Wagner Venceslau Dias

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias

era dada pela iminência do trabalhador rural ficar sem a terra, suscetível ao assalariamento (ou até sem isso), dai decorrendo conflitos pela redefinição de contratos trabalhistas e pela conquista da terra como objeto de trabalho. O proprietário ficava despidido da roupagem de beneficiário, entendido a partir do conflito aberto – segundo Ianni – como “o outro”: diferente em interesses e necessidades das dos trabalhadores do campo. As reivindicações ganhavam força dada a situação econômica em transformação no período (confira em FURTADO, 1985: 177-200).

Um movimento como o das Ligas Camponesas, que parecia se desvincilar das redes de dominação amargou uma forma nova de paternalismo, iniciada com sucesso nos meios urbano-industriais logo após a Revolução de 30, como vimos, e principalmente durante o Estado Novo (1937-1945): o populismo<sup>2</sup>. Segundo Ianni, houve uma chegada tardia dessa modalidade de paternalismo ao campo, no momento em que era reforçada uma sindicalização intensa entre os camponeses. Foi uma alternativa eficiente para esvaziar o que restava de autonomia e radicalidade nas Ligas Camponesas surgidas pouco antes. “Assim, a expansão do sindicalismo dos trabalhadores na agricultura deveria incorporar as massas rurais às redes de poder político populista a fim de impedir que os grupos rurais articulassem iniciativas mais autônomas”(TAVARES DOS SANTOS, 1992: 136). O resultado foi sentido logo: os discursos e ações optaram pela tutela estatal na solução de questões contratuais e jurídicas, e os problemas da terra, através da exigência de uma reforma agrária. Estruturalmente, as mudanças realizadas sob a órbita dessa “política de massas no campo” – aliada àquela que já funcionava nas cidades – nada fizeram, e a realidade surgida com o despreendimento do clientelismo, permaneceu como uma força potencial. O golpe de 64 veio justamente fechar este ciclo e esta oportunidade. Outra rede de dominação então foi se consolidando no meio rural para assegurar o controle dos conflitos decorrentes da enorme desigualdade na apropriação de bens diversos, não resolvidos pelo Estatuto da Terra (1965) e pelos governos autoritários entre 1964 e 1984.

<sup>2</sup> O populismo data historicamente, no Brasil, do nascimento do getulismo nos anos 30, e entra em crise com o tipo janguita (João Goulart) na metade dos anos 60.



## A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

A organização das redes de dominação respeita condições especiais do espaço regional, daí a importância de evidenciá-las sociologicamente seguindo o movimento de adequação das estruturas de poder às novas formas de submissão social. Encaixar o trabalhador rural neste processo e colocá-lo como um cabo de tração tanto do Estado planejador e orientador de políticas fundiárias, como do grande fazendeiro, que aproveita uma vasta rede de insumos e órgãos em proveito particular, foi a tônica da política autoritária para o campo e que estudos demonstraram a emergência.

No nordeste, o Estado autoritário pós-64 utilizou uma estrutura de órgãos – como a Sudene – e projetos, para modernizar o campo. Usando como artifícios:

“(...) os sistema de crédito rural, que constitui um poderoso mecanismo de fomento e de condicionamento da produção a parâmetros técnicos e sociais predeterminados, impostos pela concessão de juros subsidiados. Em segundo lugar, buscava-se fortalecer o cooperativismo como forma não só de impor o espírito empresarial na mentalidade “pré-capitalista” dos camponeses, mas também para viabilizar uma estrutura de organização da produção que tivesse uma escala que tornasse possível a operacionalidade da implantação de propósitos modernizantes por parte do sistema de planejamento. Finalmente, destacavam-se a assistência técnica e a extensão rural como instrumentos de implantação das políticas agrícolas, que eram aplicadas sob forma de ‘pacotes tecnológicos’ específicos para cada área e cada tipo de produtor.”(BURSZTYN, 1984: 26)

Somando-se ainda as Frentes de Emergência contra a seca, essa estrutura criou uma nova forma de clientelismo, associado de perto ao planejamento implementado pelo Estado. A mudança estrutural conseguida com isso foi uma maior concentração de terra e de recursos em mãos dos mais ricos fazendeiros. Segundo Bursztyn,

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias



**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias

estes programas visavam criar novas formas de acumulação de capital, pouco alterando as antigas. O autor procura, com essas evidências, demonstrar como muitas vezes tem sido criado um falso paradoxo, aquele que diz ser o fortalecimento do poder local incompatível com a centralização política. O “coronel”, por exemplo, deixa de ser um sujeito da ação estatal e passa a ser o objeto, tornando-se um alvo preferencial das transformações econômicas e políticas, que mantém uma parcela de excluídos, entre os pequenos e não proprietários, oscilando como mão-de-obra temporária dependendo da organização burocrática e clientelística montada. Assim aconteceu com o Projeto de Irrigação de Sumé na Paraíba, o Projeto Sertanejo e o Polonordeste, casos de obras contra as secas (BURSZTYN, 1984: 70-126).

Em Cruz das Almas, na Bahia, um município onde boa parte da população vivia da agricultura, havia, em 1974, vários serviços públicos e órgãos governamentais voltados aos empreendimentos rurais, dentre os quais alguns dos 36 que atuavam no Estado para assistência à produção rural. Este quadro poderia indicar um amplo apoio ao setor por parte do poder público, provavelmente eliminando disparidades estruturais do uso e da apropriação da terra. Do ponto de vista político-eleitoral, os velhos “coronéis”, grandes fazendeiros da região, perderam sua condição hegemônica para um grupo de técnicos e profissionais liberais que a burocracia levou para a cidade. No entanto, parou por aí. O viés modernizante introduzido gerou outras disparidades e formas de clientelismo e paternalismo diferentes, construindo-se assim redes de dominação adaptadas. De acordo com Gentil Martins Dias (DIAS, 1977:101-126), que se ocupou deste caso exemplar, o rendimento por hectare diminuiu na produção dos pequenos estabelecimentos e produtos básicos, como milho, mandioca; aumentou em relação aos produtos gerados para o mercado externo, com laranja, fumo. Além desse fator, houve uma tendência em se firmar um tipo de solidariedade entre a camada de técnicos influentes da burocracia e os grandes e médios proprietários rurais, mais urbanizados. Como resultado, o acesso dos pequenos aos recursos agrícolas colidia com barreiras,



ou então era mediatizado pela disciplina e controle dos grupos dominantes, no caso dos serviços de saúde, previdência, etc. O pequeno camponês, mesmo não fazendo parte do mundo da burocracia, necessitava de seus serviços, conseguindo-os na forma de “favor”, na forma de um novo clientelismo e nova dependência.

De acordo com a orientação planejadora do Estado autoritário, em outras regiões também se desdobraram formas de esvaziar os pontos potenciais de conflitos fundiários que poderiam fazer questionar – como o fizeram – a organização fundiária brasileira; evidentemente com o compromisso de assentar colonos sem-terra através de uma reforma agrária que não mexesse nas propriedades existentes. No sul do país, onde a gravidade deste assunto estourou no final dos anos 70, a solução encontrada foi a colonização de terras “desocupadas” na Amazônia Legal. A filosofia que orientou inicialmente a colonização foi a da segurança e do desenvolvimento de uma região distante do resto do país; procurou-se como meta a “promoção social e econômica dos parceiros provenientes de distintas situações de trabalho nas suas regiões de origem”(RATTNER, 1987: 31; DIAS & CASTRO, 1986). O resultado, no entanto, é que se criaram novas condições para o campo de ação de grileiros, aos conflitos, à valorização especulativa da terra e à instalação de latifúndios: formas ancestrais de dominação social. Porém, é preciso colocar de maneira mais precisa a forma social da colonização, não a encaixando somente como um recurso de exploração social redimensionada numa outra área geográfica, mas evidenciando a constituição de uma rede de dominação de maior amplitude. Segundo José Vicente Tavares dos Santos, “a colonização de novas terras pode ser analisada como uma técnica social que utiliza mecanismos de controle do espaço e de controle dos homens, para se reproduzir enquanto forma de dominação (...)(TAVARES DOS SANTOS, 1991: 71). Analisando os casos de camponeses que integraram projetos de colonização em outras regiões, o autor verificou que esse processo gerou uma extrema disciplinarização do colono selecionado, que a condição de *incluso* e *escolhido* o figurava como “modelo” de lavrador. Além disso, o espaço da terra também é um espaço criado

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**  
Wagner Venceslau Dias



**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias

pelas agências de colonização, que o colono deverá seguir como norma do projeto. A seleção dos homens procurou direta ou indiretamente algumas características básicas como: conformismo, obediência, escolaridade, recepção às propostas de uma agricultura moderna, entre outras. Os que não se enquadram são, na mesma medida que os incluídos, sujeitos à dominação social, pois essa colonização se assenta na “produção de um espaço social controlado, no qual os homens estão sob controle” (TAVARES DOS SANTOS, 1991: 75). Os que foram assentados na terra sujeitaram-se ao estranhamento de uma região desconhecida para eles, ao endividamento, ao assalariamento para grandes fazendeiros, ao garimpo, enfim, a formas de evitar a insolvência do seu projeto particular, que, com raríssimos casos, teve final feliz, como era desejo central e estratégico dos planejadores dos governos militares.

### **DILEMAS DO “NOVO” MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA**

A partir desse percurso, possivelmente ficaram demonstradas as condições sobre as quais têm surgido inúmeras formas de dominação na sociedade agrária. Sociologicamente verificadas, as situações próprias a cada dominação não se separam do modelo desigual no qual, no geral, a sociedade brasileira se formou. Não há, *a priori*, espaços imunes à constituição de redes de dominação, pois, como verificamos, não há propriamente um grupo que se constitui força hegemônica homogênea, mas os grupos emergem numa realidade que os configura como uma ampla rede relacional, com nomes e caras. A própria noção de dominação é forjada nesse sentido, uma vez que “é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 1991: 33). Portanto, chamo de rede de dominação a um conjunto de formas de manter uma ordenação social, ainda que ela não se configure imediatamente a seu modo, mas que haja



um sentido dado, experimentado probabilisticamente, para que ela exista (COHN, 1979: 89-90).

Tratados indiscriminadamente como movimentos independentes da ordem vigente, a rotulação de novos colocou o Movimento Sem-Terra como sujeito que contornou as formas tradicionais da dominação. Colocada de forma absoluta, a afirmação de que não se criam redes de dominação neste contexto pode levar a novos paradoxos, além do desconhecimento da constituição de novas maneiras de submissão e entrave da luta pela terra. O tipo de prática adotada no caso, o das ocupações e tentativas negociadas de assentamento, tem revelado uma tendência forte no sentido de uma homogeneização tanto do indivíduo atuante quanto no *modus operandi* da “conquista da terra”. A constituição da identidade, na qual se pode notar o elemento dinâmico do engajamento e dedicação à causa é balizada por um discurso bastante semelhante; e o fator multiplicador destas condutas tem sido justamente os grupos mediadores. A instituição e o movimento – MST – procuram atuar como organizadores de uma pressão política pela Reforma Agrária, com o modelo pronto dos assentamentos. Estes são sua apresentação: como não poderia deixar de ser, nos relatos, nos assentamentos e nas reuniões, pululam uma variedade de técnicos agrícolas, advogados, funcionários públicos, jornalistas, sociólogos, membros da Igreja, sindicalistas e políticos como observadores de uma “reforma agrária na marra”, sugerindo uma avaliação maniqueísta dos problemas enfrentados e dos confrontos sociais, mesmo cotidianos dos indivíduos (ver especialmente: D'INCAO, 1991: 96). Também é um fator comum entre os sem-terra, dada a amplitude que alcançou o movimento, saírem líderes nativos para os sindicatos rurais, centrais sindicais e partidos. Essas personagens fazem parte do elo mediador, entre a sociedade e o MST e os sem-terra, e se constituem tanto como interpretadores da realidade da luta pela terra como fornecedores de certo assistencialismo organizacional (MARTINS, 1989: 134-135). A problematização desta questão envolve uma crítica histórico-sociológica pouco executada, com base nas inúmeras experiências – como as levantadas neste artigo – sobre o modo

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias

como terminaram movimentos promissores que colocavam em questão a função da terra no Brasil, tendo como parâmetros os processos de domesticação das práticas políticas que visam brecar o ímpeto transformador das organizações das classes subalternas, em determinadas ocasiões.

A noção de rede de dominação procura compor camadas da análise sociológica como método de investigação das condições da luta pela terra, travestidas nas suas variantes regionais e sociais. Encaixa-as para criar um quadro típico-ideal.

As redes de dominação emaranham homens dispostos na condição de alvos do poder, em sua dimensão político-social. Entretanto, Weber já assinalava o caráter vazio da noção de poder se não identificado como presente em uma relação social com *chance* de ocorrer, isto é, num campo de conflito *possível*. A manutenção destas formas, a “*persistência* de formas de ordenação social” foi uma preocupação constante de Weber, o que o levou ao fenômeno da dominação (COHN, 1979: 89). Analiticamente, aproximando a construção das redes de dominação das formas descontínuas do poder, chegariamos indicativamente perto daquilo que Foucault tratou como a disciplinarização do corpo enquanto forma difusa de ordenação social. Diz ele: “Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre *o corpo*, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriinha, o desarticula e o recompõe”, de modo institucionalizante, geral, e “como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro” (FOUCAULT, 1988: 127-128). Apesar do tratamento específico dado nestes termos às instituições escolares e penais, há um amplo consenso de que esta “microfísica do poder” também pode ser verificada com diversas tonalidades em nossos casos levantados: o papel controlador do patriarcalismo e do paternalismo; a disciplinarização que a relação patrão-cliente propõe; a constituição do modelo de colono e a organização do espaço dimensional da colonização; a violência enfrentada pelas ocupações e pelos líderes da luta pela terra; o controle efetivado pelos mediadores do sindicato, do partido, do



Estado<sup>3</sup>, da assistência; e por aí vai. Nesses casos estão envolvidos homens concretos, seus *corpos*, alvo da violência física e das prescrições da qualidade de vida a que estão submetidos e que os forçam a dela livrar-se. É uma luta indefinida, em que não estão envolvidas somente situações de repressão, pois deste modo a explosão do insuportável viria contra; há modos sutis e até prazerosos que conduzem à constituição de uma rede de dominação. O corpo está sujeito a uma política que “é um conjunto extremamente complexo sobre o qual somos obrigados a perguntar como ele pode ser tão sutil em sua distribuição, em seus mecanismos, seus controles recíprocos, seus ajustamentos (...) É um mosaico muito complicado” (FOUCAULT, 1993: 151). Caindo próximo de nossa realidade empírica, estas noções causam uma inclinação diferente sobre os movimentos sociais no campo e suas articulações mediadoras – caso aqui do MST. A formulação do cotidiano desses grupos, sua circulação entre as formas de representação social, sua fisionomia simbólica são alguns dos elementos que identificariam, quando escavados, aspectos das redes de dominação. Portanto, há elementos para se supor que a ruptura causada pelo MST tem, além da mudança na atitude frente às alterações na estrutura fundiária, graus variáveis de subordinação e burocratização do movimento que a pesquisa crítica pode evidenciar. Daí a valorização intensiva levada a cabo neste texto sobre a extensão de redes de dominação e de sua pergunta constante sobre os aspectos da persistência de uma forma de submeter indivíduos. Mesmo se conformando com os riscos que esta análise representa em alguns pontos – como o da responsabilidade.

Há ainda, para finalizar, um outro aspecto que deve ser lembrado. As redes de dominação emergentes na sociedade agrária fazem parte de processos econômicos, sociais, políticos e culturais ostensivamente ativos na sociedade urbano-industrial. A especificidade de sua ocorrência no campo ganha valor quando a pesquisa expõe interdependências e conjunturas de *continuidade-permanência*, excetuando-se, é claro, uma abordagem determinista, bastante recorrente, que coloca a dominação dentro do campo de

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**  
Wagner Venceslau Dias

---

Confira reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, de 16 de julho de 1995. O Incra e o MST incentivam as 37 famílias do assentamento da fazenda Quissamã, em Sergipe, a produzir coletivamente, segundo seus interesses em evitar o abandono da terra. Todo trabalho é disciplinizado com este objetivo. Este *patrocínio* ocorre em muitos assentamentos pelo Brasil.



**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias

resquícios e atrasos da sociedade rural. Avançando um pouco mais, o isolamento científico das redes de dominação *no rural* tem sido questionado junto com a crítica a um modo de análise alojado numa sociologia especial, a Sociologia Rural. Da perspectiva do conhecimento, “o ‘rural’ constitui apenas objetos reais, imediatamente empíricos ou históricos, mas não é uma categoria suficiente para constituir objetos científicos” (TAVARES DOS SANTOS, 1991: 15). A reflexão deve incorporar várias fontes de fatores determinantes, inseridos no conjunto das transformações por que passam o capitalismo e a sociedade brasileira neste final de século, sem apegar-se demasiadamente à noção, que creio ingênuas, de progresso constante das consciências em luta e das próprias lutas. Assim como o capitalismo contemporâneo não eliminou homogeneamente seu caráter criador de desigualdades, os movimentos contestatórios de hoje não se despiram de modo total do ajustamento da ordem, pelo motivo claro de que esta busca sutis formas de redes de dominação. No rol das técnicas de resistência e luta é preciso não deixar de lado o conhecimento sobre as técnicas de dominação.

Por fim, é preciso considerar o caráter indicativo desta noção, a de rede de dominação. Sua potencialidade está em considerar as alterações na constituição da dominação persistente que caracterizam as normas e comportamentos em vários conflitos abertos ou velados no campo; seu lado mais problemático está na especificidade dos casos com os quais trabalha, dada a dificuldade de generalizações inclusivas. Melhor deixar estas idéias à luz da reflexão sobre as palavras resignadas de Domicio, para Bento, no romance *Pedra Bonita* de José Lins do Rego: “A gente não faz tudo o que quer, Bentinho. O jeito é ir como o destino quer. Nós somos do sangue de Judas”. ■



DIAS, Wagner Venceslau. Rulership Nets and Rural Conflict – problems in the analysis of the Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). *Plural; Sociologia*, USP, S. Paulo, 4: 107-124, 1.sem. 1997.

*Abstract:* The article seeks to adapt the notion of rulership nets to the social and political organization of modern rural Brazil. This in turn provides the context for an analysis of the Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST), with particular attention to the political factors at issue, such as the role of mediators, the expansion of rural trade-unions and the involvement of political parties.

*Uniterms:* rulership nets - paternalism - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) - rural conflicts - peasant movements - mediators.

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias

## BIBLIOGRAFIA

AMERICAS WATCH. *Violência rural no Brasil*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/Comissão Teotônio Vilela, 1991.

BRUMER, Anita. O sistema paternalista no Brasil. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, n. 4, 1976.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste*. Petrópolis: Vozes/CNPq, 1984.

COHN, Gabriel. *Critica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: TA Queiroz, 1979.

DIAS, Gentil Martins. Organizações públicas e população no Nordeste. In: SINGER, P. et alli. *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, pp. 101-126.

DIAS, Guilherme Leite & CASTRO, Manuel C. de. *Colonização oficial no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**  
Wagner Venceslau Dias

- D'INCAO, Maria Conceição. A experiência dos assentamentos: contribuição para o debate político da reforma agrária. In: *Lua Nova*, São Paulo; CEDEC, n. 23-mar. 1991, pp. 83-106.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhando no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: *História Geral da Civilização Brasileira-III: O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1985.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros-USP, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Réforme et Révolution dans les sociétés traditionnelles*. Paris: Ed. Anthropos, 1968.
- RATTNER, Henrique (coord). *Colonização na fronteira amazônica*. São Paulo: IPE/USP, 1987.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Conflitos sociais agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais. In: *Cadernos de Sociologia*, n. 6 (Produção familiar, processos e conflitos agrários), Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 1994, pp. 135-153.
- \_\_\_\_\_. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra Sociologia dos Processos Sociais Agrários. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1991. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1991, pp. 13-51.



- \_\_\_\_\_. Dominação e organização Rural no Brasil. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais* (separata), n. 34, fev. 1992.
- \_\_\_\_\_. As novas terras como formas de dominação. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n. 23, mar. 1991.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília-DF: Ed. Universidade de Brasília, 1991. v. 1.

**Redes de dominação e conflitos no campo:  
uma problematização da análise sobre o  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-  
Terra (MST)**

Wagner Venceslau Dias